



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL EIA/RIMA

CORREDOR OESTE DE EXPORTAÇÃO – NOVA FERROESTE

TRECHO: MARACAJU (MS) - PARANAGUÁ (PR)

RAMAL: FOZ DO IGUAÇU (PR) - CASCAVEL (PR)

ANEXO 5-9 – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

**NOTA TÉCNICA Nº 904/2021/DFQ/DF/SEDE/INCRA, DE 25/03/2021 E TR DO
INCRA**

SÃO PAULO

NOVEMBRO/2021



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

NOTA TÉCNICA Nº 904/2021/DFQ/DF/SEDE/INCRA

PROCESSO Nº 54000.075817/2020-12**INTERESSADO: @INTERESSADOS_VIRGULA_ESPACO_MAIUSCULAS@****1. ASSUNTO**

1.1. Licenciamento Ambiental.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Ofício nº 026/GS (SEI nº 8460707).

2.2. Instrução Normativa nº 01, de 31 de outubro de 2018, da Fundação Cultural Palmares (FCP).

2.3. Portaria Interministerial nº 60/15.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

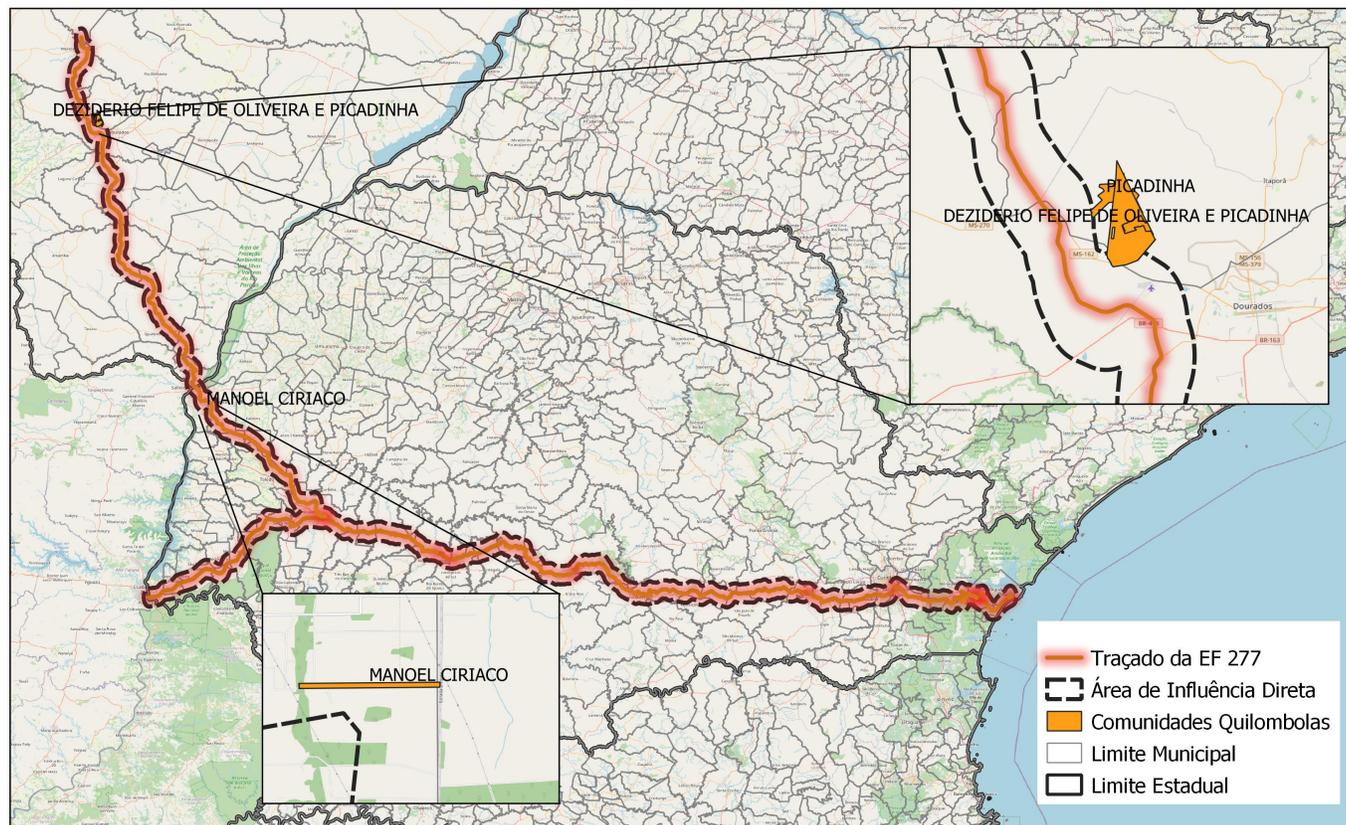
3.1. Consulta sobre incidência de território ou comunidade quilombola em área de empreendimento férreo.

4. ANÁLISE

4.1. Trata o presente NUP sobre consulta formulada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do estado Paraná acerca de eventual interferência do empreendimento Corredor Oeste de Exportação - Nova Ferroeste, abrangendo os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul sobre comunidades quilombolas tradicionais.

4.2. Em manifestação prévia por parte desta Coordenação, sob provação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por meio do Ofício Nº 334/2020/COTRA/CGLIN/DILIC (SEI nº [6896661](#)), foi editada a Nota Técnica 2065 (SEI nº 6906562), no qual apontava a existência de comunidades quilombolas tradicionais dentro da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, no qual identificou as seguintes comunidades: **Picadinha/Dezidério Felipe de Oliveira**, localizada no município de Dourados/MS e de **Manoel Ciríaco dos Santos**, localizada no município de Guaira/PR, conforme mapa abaixo.

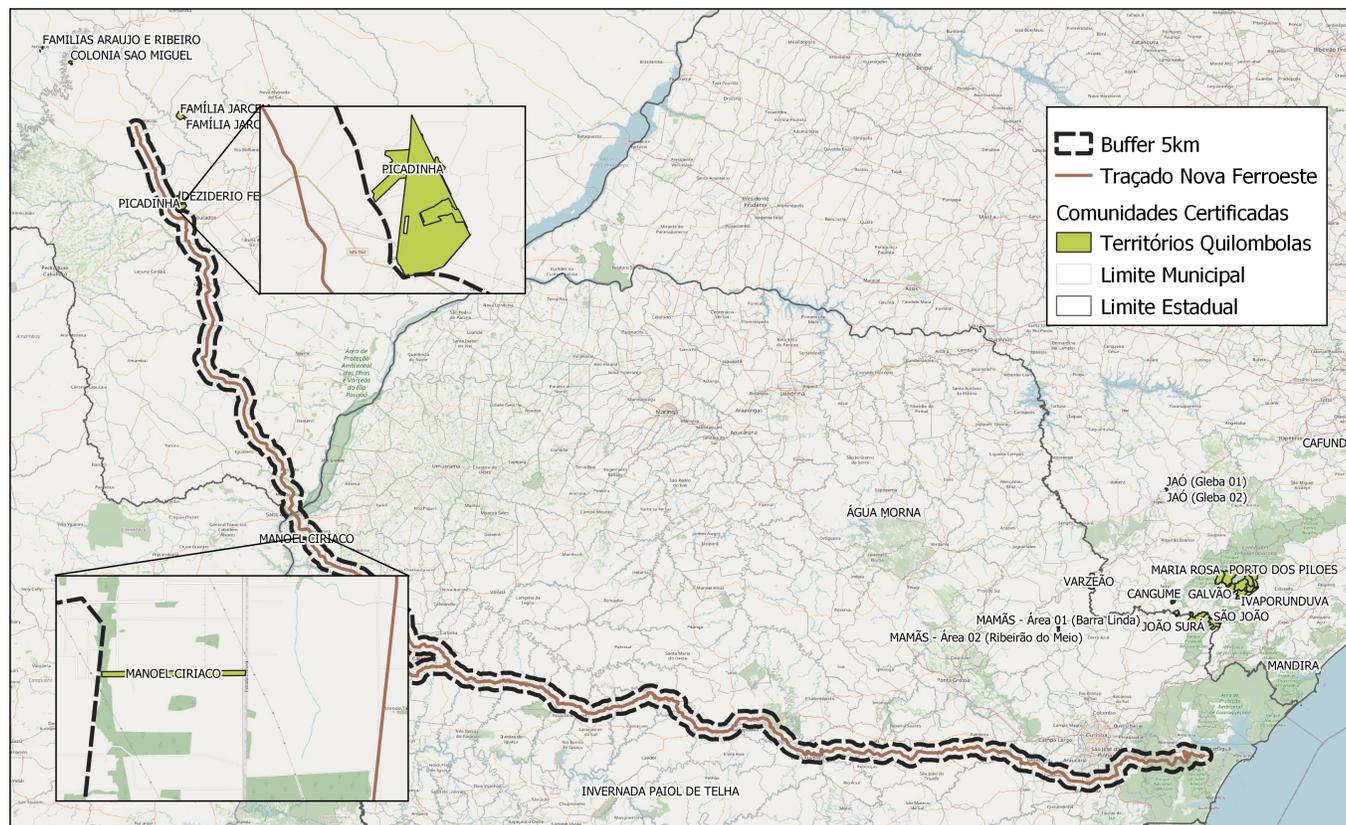
Estrada de Ferro Paraná Oeste - EF 277



Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ
Setembro 2020

4.3. Porém, em atendimento a solicitação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do estado Paraná, no qual apresentou um novo traçado da estrada de ferro, denominado Corredor Oeste de Exportação - Nova Ferroeste, ficou caracterizado apenas o território de Manoel Ciriaco, dentro da AID do empreendimento, conforme mapa abaixo:

Corredor Oeste de Exportação - Nova Ferroeste



Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ
Março 2021

5. CONCLUSÃO

5.1. Desta feita, e considerando a incidência de comunidade quilombola no raio do empreendimento em tela, faz-se necessário a realização do Estudo do Componente Quilombola (ECQ), conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 60/15, junto a comunidade quilombola de Manoel Ciríaco, e de acordo com as orientações constantes do Termo de Referência Específica (SEI nº 6986660), para que o INCRA possa anuir pela continuidade do empreendimento.



Documento assinado eletronicamente por **Érico Melo Goulart, Coordenador(a)-Geral**, em 25/03/2021, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8511049** e o código CRC **158AB552**.

Referência: Processo nº 54000.075817/2020-12

SEI nº 8511049

Criado por [erico.goulart](#), versão 5 por [erico.goulart](#) em 25/03/2021 14:51:19.

TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO

COMPONENTE QUILOMBOLA

I - PLANO DE TRABALHO:

- Informações sobre a equipe técnica responsável pela realização dos estudos, contendo nomes, formações, funções na equipe, telefones e e-mails;
- Descrição da(s) metodologia(s) de trabalho para realização do estudo específico do componente quilombola;
- Definição de objetivos, metas, fases e resultados esperados do estudo específico do componente quilombola;
- Cronograma de trabalho, correlacionando as atividades com objetivos, metas, fases e prazo de início e término do estudo;
- Relação dos produtos a serem enviados para análise da FCP.

II - DIAGNÓSTICO GERAL, CONTENDO DADOS E INFORMAÇÕES REFERENTES A:

- Relação das comunidades quilombolas inseridas nas áreas consideradas no Anexo I por meio de levantamento de dados secundários oriundos dos registros da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Localização das comunidades quilombolas em relação ao empreendimento a partir dos critérios de distâncias definidas no Anexo I da Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015 com a elaboração de mapas contendo as coordenadas geográficas das comunidades quilombolas;
- Estudo específico referente ao território quilombola afetado com informações gerais sobre as comunidades quilombolas, tais como: denominação, localização e formas de acesso, aspectos demográficos, sociais e de infraestrutura;
- Situação fundiária e suas demandas, bem como a identificação de vulnerabilidades na área de educação, saúde e habitação;

- Mapeamento de eventuais atividades ou empreendimentos já instalados no interior ou no entorno do território quilombola considerando as distâncias do Anexo I da Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015;
- Caracterização da ocupação atual indicando as terras utilizadas para moradia, atividade econômica, caminho e percurso, uso dos recursos naturais, práticas produtivas; informações sobre os bens materiais e imateriais, cultos religiosos e festividades, espaços de sociabilidade destinados às manifestações culturais, atividades de caráter social, político e econômico.
- Indicação, caso haja, dos sítios arqueológicos que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos, assim como de outros sítios considerados relevantes pelo grupo;

III - CONTROLE, MITIGAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DE IMPACTOS:

- A identificação dos impactos diretos e indiretos associados à implantação e operação da atividade ou empreendimento, bem como a apresentação de propostas de controle, mitigação e potencialização desses impactos sobre as comunidades quilombolas, contendo informações sobre:
- A identificação da presença e fluxo de pessoas estranhas à comunidade, bem como os possíveis conflitos oriundos da nova dinâmica a ser estabelecida pela atividade ou empreendimento;
- A identificação de prejuízos relativos à produção econômica da comunidade;
- A identificação e descrição dos riscos provenientes da implantação da atividade ou empreendimento,
- A identificação da interferência da atividade ou empreendimento nas manifestações culturais da comunidade;
- A identificação de impactos sobre bens e serviços públicos oferecidos às comunidades;
- A identificação de impactos sobre os meios físico e biótico relacionados à reprodução física, social e econômica das comunidades quilombolas;
- A perda de parte ou totalidade do território quilombola;

- Existência de possíveis conflitos com as comunidades quilombolas envolvendo processos de expropriação de terras, áreas sobrepostas e conflitos de interesses, bem como a atual situação territorial do grupo;
- Outras informações relacionadas à atividade ou empreendimento que possam impactar o território quilombola.

ORIENTAÇÕES GERAIS:

Antes do início do estudo específico do componente quilombola é recomendado a realização de reunião técnica entre o(s) responsável(is) técnico(s) do empreendimento e o DPA, tendo em vista esclarecimento de informações sobre o TR quilombola, orientação à realização dos estudos, metodologia a ser aplicada, equipe envolvida e construção de diálogo entre a equipe técnica do empreendimento e as comunidades quilombolas afetadas.

A manifestação conclusiva da FCP sobre o estudo específico do componente quilombola será precedida de reuniões informativas com as comunidades quilombolas direta e indiretamente afetadas, com vistas à manifestação das comunidades sobre o empreendimento e as medidas de controle e mitigação de impactos.

O empreendedor deve entregar, com antecedência de 15 (dias) da primeira reunião informativa, no mínimo 50 (cinquenta) cópias do estudo específico do componente quilombola para cada comunidade direta e indiretamente afetada. Também é responsabilidade do empreendedor garantir todas as condições técnica, logística e operacional para a realização da consulta. A FCP fica responsável pelo convite, divulgação e coordenação da consulta pública.

O Projeto Básico Ambiental – PBA deverá ser elaborado com a participação das comunidades quilombolas afetadas. O PBA deve conter as medidas de controle e mitigação de impactos ambientais identificados em virtude da construção e operação de atividade ou empreendimento, sob a forma de programas, a partir dos impactos diagnosticados, classificados por meio de componente ambiental afetado e caráter preventivo ou corretivo, bem como sua eficácia. Deverá conter também, cronograma e detalhamento das ações e atividades, metas e prazos a serem cumpridos. O INCRA deverá ser comunicado sobre as tratativas relacionadas à questão fundiária das comunidades quilombolas nos termos do Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003.